
A PARTICIPAÇÃO DOS SERVIDORES NOS TRABALHOS DA CONSTITUINTE DE 1988

*Agaciel da Silva Maia**

A Constituição Federal vigente, de 5 de outubro de 1988, completa vinte anos como um marco na cidadania brasileira. Nesses vinte anos, ela já passou por várias emendas e adequações às novas e cambiantes realidades. Embora os parlamentares sejam os principais protagonistas históricos do processo legislativo constitucional, há que se reconhecer a importância do assessoramento e do suporte prestado pelos servidores de ambas as Casas do Congresso Nacional, para o êxito na missão de dar ao país uma Carta Política centrada na democracia e destinada a servir de pilar para o crescimento econômico com justiça social.

De fato, a participação de diversos órgãos administrativos do Senado Federal no auxílio aos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte está bem documentada, como nos Anais do Seminário *A nova Constituição e as Constituições Estaduais*, realizado em abril de 1988, na Câmara dos Deputados. Assim, evidencia-se a participação da Subsecretaria de Análise do Senado Federal (atualmente Subsecretaria de Informações, voltada para a prestação de informações acerca da legislação federal e das proposições na Casa), já então responsável pela manutenção dos bancos de dados de informações legislativas.

Em conjunto com o Prodasen (Centro de Informática e Processamento de Dados, atualmente Secretaria Especial de Informática), e com os órgãos congêneres da Câmara dos Deputados, a Subsecretaria de Análise realizava as pesquisas e as consolidações de dados demandados pelos Senadores e Deputados, justamente para subsidiar as discussões da Assembleia Constituinte. As Informações de natureza jurídica, econômica, e outras, geradas neste processo, se transformaram em ferramentas indispensáveis para a normatização constitucional. Não fosse o preparo técnico dos servidores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, aliado ao parque tecnológico adequado do Poder Legislativo, não teríamos construído um texto constitucional tão rico e condizente com as necessidades históricas daquele período.

* **AGACIEL DA SILVA MAIA** é Economista e Pós-Graduado em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). É Diretor-Geral do Senado Federal desde 1995 e Vice-Reitor da Universidade do Legislativo Brasileiro (UNILEGIS).

Bastante destacado foi o esforço adicional do Centro Gráfico do Senado Federal, conhecido, hoje, como Secretaria Especial de Editoração e Publicações – SEEP, uma vez que à publicação corriqueira dos avulsos relativos à legislação infraconstitucional somava-se toda a produção concernente aos trabalhos da Constituinte, como o *Jornal da Constituinte*. A primeira emenda de iniciativa popular, com mais de 30 mil assinaturas, vinda de Salvador, pedindo um recanto para os aposentados, foi dada a conhecer nas páginas desse *Jornal*. Vale mencionar que a essa, somaram-se mais 120 emendas populares. É graças ao trabalho do Centro Gráfico do Senado Federal que se materializava o dia a dia das discussões e deliberações da Assembleia Constituinte. Com isso, os servidores já estavam contribuindo para a consolidação de um dos mais importantes preceitos constitucionais: o direito à informação.

Vários outros órgãos da Casa também foram imprescindíveis na prestação de informações confiáveis e relevantes para o processo decisório dos constituintes. Cumpre mencionar, por exemplo, a Subsecretaria de Edições Técnicas, com trabalhos comparativos de constituições passadas, de outros países ou, até mesmo, de entes subnacionais. Não se pode esquecer, tampouco, da Subsecretaria de Biblioteca do Senado Federal, que tornou acessível aos Senadores Constituintes as principais publicações nas áreas do Direito, Economia, Sociologia, Ciência Política, apenas para citar algumas, sob a perspectiva da elaboração de uma nova constituição federal capaz de equacionar as inúmeras e diversas expectativas dos brasileiros.

Para explicar a Constituinte, o programa radiofônico *A Voz do Brasil* transformou-se na *Voz da Constituinte*. Editada permanentemente pela Secretaria de Divulgação e Relações Públicas do Senado Federal, em conjunto com a Câmara dos Deputados, essa verdadeira cartilha eletrônica, transmitida em cadeia nacional de rádio, ganhou mais duas transmissões diárias de cinco minutos cada, além de uma equipe de nove profissionais cedidos pela Radiobrás.

Como relatam os jornais da época, juntamente com os líderes e as figuras de destaque da Assembleia Constituinte, a equipe de 1.400 servidores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados teve uma participação bastante significativa. Para dar parecer às mais de 22 mil emendas apresentadas ao substitutivo do relator, Senador Bernardo Cabral, os assessores técnicos elaboraram, por dia, uma média de 210 pareceres cada. Durante os vinte meses de funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte, os serviços médicos do Senado e da Câmara funcionaram em plantão permanente, atendendo às demandas vinculadas ao trabalho de elaboração constitucional.

Estou certo de que, no instante em que estamos comemorando os vinte anos da Carta-Cidadã de 1988, todos reconhecem esse trabalho, muitas vezes silencioso, dos servidores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Na condição de Diretor da Gráfica do Senado, à época da Constituinte, e de atual Diretor-Geral do Senado da República, é minha obrigação resgatar essa memória, prestigiando as mulheres e os homens que deram o melhor de si para a construção da Constituição do nosso país. Pude, portanto, acompanhar a produção do texto original, mas também os seus desdobramentos. É que, com a promulgação da Constituição e o final dos trabalhos constituintes, resgatou-se a condição do cidadão. Mas a atividade de concretizar as promessas constitucionais realiza-se a cada dia, em cada um de nós.

E assim é o Senado Federal: uma instituição que cada vez mais se aperfeiçoa política e administrativamente, graças à determinação de sua Mesa Diretora e ao empenho do seu valoroso quadro de servidores – referência em toda a Administração Pública brasileira.